

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – APS
Santos – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S/A (APS), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Nova Tabela Tarifária

Conforme Nota Explicativa nº 1 “a”, a nova estrutura tarifária iniciou em 1º de abril de 2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20 de abril de 2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. Em 6 de março de 2023 outra entidade obteve liminar com o mesmo propósito, com efeito para seus associados a partir de 9 de março de 2023. A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Neste contexto, foi concedida liminar para a Companhia através da 2ª Vara Federal de Santos para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados pela nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31 de março de 2022. Em 27 de novembro de 2023 foi homologado acordo no processo judicial nº 5003455-15.2022.4.03.6104 da 1ª Vara Federal de Santos com uma das entidades de classe, e está em curso a apuração dos valores decorrentes do acordo, em que é necessário dimensionar os respectivos efeitos financeiros. Os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2023 importam o montante de R\$ 280 milhões (103 milhões em 2022). Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Desestatização

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “b”, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), através da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022, aprovou a modelagem e condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos. A CPPI nº 246 foi revogada pela Resolução CPPI nº 291, de 22 de novembro de 2023, suprimindo o processo de desestatização da administração portuária. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Contratos de arrendamento – Reequilíbrios Econômico-financeiro

Conforme Nota Explicativa nº 1 “c”, a Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico-Financeiro decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir: • Ecoporto Santos S.A. – Contrato PRES28/98 – Acórdão 301-2022; • T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES31/98 – Acórdão 625-2022; • Terminal XXXIX de Santos S.A. – Contrato PRES01/97 – Acórdão 638-2022; • ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES41/97 – Acórdão 651-2022. A Companhia se manifestou através de Ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise por elas. Quanto ao Acórdão 301-2022, a Companhia está em tratativas e análise com os agentes envolvidos em função da deliberação manifestada pela ANTAQ através do Ofício 456/2023/CDCP/SGE/ANTAQ, de 12 de abril de 2023. Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 12 de junho de 2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferida, de ofício, medida cautelar para a suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária ECOPORTO SANTOS S.A., e a Portaria DIPRE/209.23, de 01 de dezembro de 2023, do Diretor-Presidente da Companhia, prorrogou por 180 dias a medida cautelar. Até a data de encerramento desse relatório, a administração da Companhia não tinha conhecimento de novos acórdãos publicados. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Contingências – Rodrimar S/A Transportes

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 19.2 “l” e nº 15 (i), neste exercício ocorreu a transferência do processo movido pela Rodrimar S/A Transportes da esfera estadual para a esfera federal. Nessa transferência, o cálculo pericial foi anulado pelo juiz, com designação de nova perícia. Em decorrência disso, inexistente, até o momento, um valor definido judicialmente para mensurar a condenação do processo movido pela Rodrimar S/A Transportes, já transitada em julgado; procedeu-se, para fins de provisionamento, uma análise pericial interna, amparada pelos critérios já anteriormente indicados pela Advocacia Geral da União – AGU como compatíveis com a liquidação pretendida, resultando no valor estimado de R\$ 64.954 (R\$ 48.329 em 2022) e classificado como perda “provável” nas demonstrações contábeis. Para o mesmo processo, o Departamento Jurídico avaliou a exclusão da classificação como perda possível correspondente ao valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A, em decorrência da realização de nova perícia na esfera federal sob parâmetros técnicos não contemplados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente anulada. Adicionalmente, foi estornada a provisão no montante de 20 milhões, correspondente a valor contabilizado sobre êxito de escritório de advocacia referente a esse processo, que estava em demanda judicial na esfera estadual, sendo transferida para a esfera federal. Não havendo

parâmetro na data-base 31 de dezembro de 2023 que possibilite o cálculo de eventual valor de êxito, até este momento, e com base nas informações colhidas, não há como estimar o novo valor da causa, bem como qual seria o novo valor a ser provisionado como ganhos advocatícios. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de Pensão e Benefício

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 17, a Companhia tem um Passivo Atuarial no Plano de Pensão no montante de R\$ 789.445 mil em 2023 (R\$ 759.105 mil em 2022), que contempla o saldo devedor remanescente a pagar referente ao Termo de Compromisso Financeiro do Plano PBP1 no montante de R\$ 497.695 mil em 2023 (R\$ 510.936 mil em 2022).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações e amortização do parcelamento.

Redução ao valor recuperável de ativos – Teste de *Impairment*

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.1, cujo resultado apresentou perda por desvalorização do valor recuperável do ativo no montante de R\$ 6.260 mil em 2023 (R\$ 7.856 mil em 2022).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Avaliamos a definição pela Administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos na norma NBC TG 01 (R4) “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. Verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) premissas e dados de mercado; e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias

O ativo fiscal diferido da Companhia é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 32.1 e 32.2, o valor em 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 168.479 mil (R\$ 308.509 mil em 2022).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e registros contábeis realizados.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar a recuperabilidade do Ativo Fiscal Diferido são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Receitas Diferidas

Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia envolvem recebimento de pagamentos antecipados os quais são reconhecidos como Receitas Diferidas e são apropriados para o resultado mensalmente de forma linear durante a vigência do contrato de arrendamento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de receitas diferidas é de R\$ 1.552.127 mil (R\$ 1.259.834 mil em 2022). Em 2023 foi reconhecida como receita no resultado do exercício o montante de R\$ 62.919 mil (R\$ 58.023 mil em 2022).

Como o assunto foi tratado pela auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos procedimentos de apropriação das receitas diferidas ao longo do exercício, análise dos novos contratos e os respectivos registros contábeis de acordo com o CPC 47 e recebimentos parciais destas outorgas de acordo com o contrato. Avaliamos também a divulgação adequada da referida nota explicativa, referente ao prazo de apropriação.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS), e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluimos que as outras informações não apresentam distorção relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS) é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS) ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS) são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS);
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (APS) a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 9 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA: 90238435091
Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA: 90238435091
Dados: 2024.02.09 14:09:21
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

ELIANE TANIA RESMINI: 65073061004
Assinado de forma digital por ELIANE TANIA
RESMINI: 65073061004
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM
BRANCO), ou=01579286000174, ou=presencial,
cn=ELIANE TANIA RESMINI: 65073061004
Dados: 2024.02.09 14:54:55 -03'00'

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Responsável Técnica

DELIBERAÇÃO Nº 017.2024, DE 22 DE MARÇO DE 2024.

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.**, em sua 686ª Reunião (ordinária)
realizada nesta data e no uso da competência que lhe confere os Incisos VIII e IX do
artigo 48 do Estatuto Social,

DELIBERA

Aprovar, consubstanciado na Decisão DIREXE
nº 069.2024, de 28/02/2024, bem como nas Manifestações COAUD nºs 003 e
005.2024, de 13/03/2024, o encaminhamento, sem ressalvas, das Demonstrações
Contábeis com a destinação de lucro líquido, relativas ao exercício social encerrado
em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Parecer dos Auditores
Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, para posterior encaminhamento à
Assembleia Geral Ordinária. Documento Virtual nº 0002196/2024.



Carlos Henrique Martins de Lima
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CONFIS Nº 001.2024

O CONSELHO FISCAL da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. (APS), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela APS e apreciados pelo Comitê de Auditoria Estatutário, em 13/03/2024 e Conselho de Administração, em 22/03/2024: **i)** Relatório da Administração do Exercício de 2023; **ii)** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Diretoria de Administração e Finanças e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, emitido sem ressalvas, pela Russell Bedford Brasil Auditores Independente S/S datado de 09/02/2024, o Conselho Fiscal manifesta-se favoravelmente a submissão das propostas à Assembleia Geral de Acionistas da APS, relativas a: **1)** Destinação do Lucro Líquido de 2023, conforme a seguir: **a)** Constituição de Reserva Legal; **b)** Distribuição de dividendos; **c)** Retenção de Lucros; **d)** Aprovação de orçamento de capital plurianual; e, **2)** Relatório da Administração do Exercício de 2023.

Documento assinado eletronicamente

Santos, 22 de março de 2024.

Maristela Gonçalves Leal Vasconcelos
PRESIDENTE

Gabriela Leopoldina abreu
CONSELHEIRA

Daniel Rodrigues Aldigueri
CONSELHEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		<u>2.963.992</u>	<u>2.082.124</u>	Circulante		<u>655.096</u>	<u>743.658</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	2.250.895	1.826.261	Salários, provisão de férias e encargos sociais	14	80.986	77.520
Contas a receber de clientes, líquidas	5	81.457	68.594	Fornecedores e prestadores de serviços.....	15	29.684	37.192
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	546.462	182.449	Impostos e contribuições	16	23.543	22.970
Estoques.....	-	436	484	Juros sobre capital próprio e dividendos.....	24.3	154.534	129.979
Créditos tributários.....	7	81.829	1.514	Benefícios pós emprego	17	43.594	41.149
Outros créditos.....	10	2.913	2.822	Planos de pensão - contribuição mensal.....	17.1.2	3.071	3.047
				Obras efetuadas por arrendatários	18	23.989	25.194
				Provisões trabalhistas, cíveis e tributários	19	189.273	383.675
				Receita diferida.....	22	62.918	-
				Outras obrigações	21	43.504	22.932
Não Circulante		<u>2.499.457</u>	<u>2.648.025</u>			<u>2.562.629</u>	<u>2.395.134</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>881.272</u>	<u>1.070.374</u>	Não Circulante			
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	573.239	638.436	Benefícios pós emprego	17	745.851	717.956
Créditos tributários.....	7	8.085	7.360	Obras efetuadas por arrendatários	18	49.977	73.574
Partes relacionadas.....	8.1	107	272	Provisões trabalhistas, cíveis e tributários	19	202.503	132.316
Depósitos judiciais	9	130.664	114.614	Termo de ajustamento de conduta - TAC.....	20	75.089	23.096
Bens destinados à alienação.....	-	234	234	Receita diferida.....	22	1.489.209	1.259.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	32.1	168.479	308.509	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	23	-	188.358
Outros créditos.....	10	464	949				
				Patrimônio Líquido		<u>2.245.724</u>	<u>1.591.357</u>
Imobilizado	11	1.610.910	1.573.277	Capital social.....	24.1	1.207.276	996.168
Intangível	12	7.275	4.374	Reserva legal.....	24.2	76.097	43.563
				Reserva de retenção de lucros	24.4	853.541	-
				Reserva de dividendos adicionais propostos.....		-	389.938
				Outros resultados abrangentes	24.5	108.810	161.688
TOTAL DO ATIVO		<u>5.463.449</u>	<u>4.730.149</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO . . .		<u>5.463.449</u>	<u>4.730.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

DETALHE	notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	26	1.558.717	1.378.408
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	27	(385.099)	(401.559)
Lucro bruto		1.173.618	976.849
Outras receitas (despesas) operacionais		(356.515)	(235.521)
Despesas administrativas e gerais	28	(323.553)	(203.164)
Outras receitas operacionais	29	75.082	21.412
Outras despesas operacionais	30	(108.044)	(53.769)
Resultado operacional		817.103	741.328
Resultado financeiro		228.511	136.471
Receitas financeiras	31	316.112	262.285
Despesas financeiras	31	(87.601)	(125.814)
Resultado antes dos tributos		1.045.614	877.799
Imposto de renda e contribuição social		(357.292)	(295.262)
Corrente	32.2	(217.262)	(210.252)
Diferido.....	32.2	(140.030)	(85.010)
Participação nos lucros.....	34	(37.651)	(35.256)
Lucro líquido do exercício		<u>650.671</u>	<u>547.281</u>
Lucro básico por lote de mil ações	25	0,85	0,79

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro líquido do exercício.....	650.671	547.281
Ganhos (perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	(48.782)	83.619
Ganhos (perdas) atuariais - plano de saúde.....	(291)	3.808
Ganhos (perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	(3.805)	(3.004)
Resultado abrangente	<u>597.793</u>	<u>631.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

DETALHE	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
				RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS PROPOSTOS		
SALDOS EM 31/12/2021		810.554	77.265	16.199	-	230.837	-	1.134.855
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....		185.614	-	-	-	-	-	185.614
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	547.281	547.281
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido		-	83.619	-	-	-	-	83.619
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....		-	3.808	-	-	-	-	3.808
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....		-	(3.004)	-	-	-	-	(3.004)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO de 2022		-	-	-	-	(230.837)	-	(230.837)
Apropriações do lucro líquido em reservas	24.4.2	-	-	27.364	-	389.938	(417.302)	-
Dividendos obrigatórios.....	24.4.1	-	-	-	-	-	(129.979)	(129.979)
SALDOS EM 31/12/2022		996.168	161.688	43.563	-	389.938	-	1.591.357
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....		211.108	-	-	-	-	-	211.108
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	650.671	650.671
Reserva de Retenção de lucros, conforme orçamento de capital.....		-	-	-	389.938	(389.938)	-	-
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido		-	(48.782)	-	-	-	-	(48.782)
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....		-	(291)	-	-	-	-	(291)
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....		-	(3.805)	-	-	-	-	(3.805)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Apropriações do lucro líquido em reservas		-	-	32.534	463.603	-	(496.137)	-
Dividendos obrigatórios.....		-	-	-	-	-	(154.534)	(154.534)
SALDOS EM 31/12/2023		1.207.276	108.810	76.097	853.541	-	-	2.245.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em milhares de reais

DETALHE	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	650.671	547.281
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Depreciação e amortização	52.258	60.117
- Provisão (reversão) no valor recuperável de ativos - Impairment	180	-
- Valor residual de ativos baixados	167	10
- Adição ao imobilizado por contrapartida contratual.....	(70.919)	(2.617)
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	(124.214)	12.984
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa....	6.250	529
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar	(39.185)	(18.731)
- Outras provisões - TAC.....	66.627	23.096
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego.....	27.930	15.477
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais.....	(150)	(5.736)
- Apropriação de receitas diferidas.....	(62.919)	(58.024)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados..	24.420	63.323
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	140.030	85.009
Redução (aumento) de ativos		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	-	-
Contas a receber de clientes, líquidas	(279.914)	(339.391)
Créditos tributários.....	(81.608)	509
Partes relacionadas	165	74
Depósitos judiciais	(15.901)	23.408
Outros ativos.....	451	500
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	31.677	655
Salários, provisão de férias e obrigações sociais	3.467	13.660
Impostos e contribuições.....	570	(4.494)
Plano de Pensão e benefícios pós emprego.....	(92.797)	(92.845)
Obras efetuadas por arrendatários.....	(21.574)	(18.002)
Receita diferida	355.212	568.250
Outros passivos.....	5.937	(7.301)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais.....	576.833	867.741
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado.....	(20.119)	(16.665)
Aquisição de intangíveis.....	(2.101)	(1.501)
		-
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(22.220)	(18.166)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(129.979)	(307.783)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	(129.979)	(307.783)
Total dos fluxos de caixa	424.634	541.791
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	1.826.261	1.284.470
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.250.895	1.826.261
Transações que não envolveram caixa:		
- Aumento de capital	211.108	185.614
- Adições ao Imobilizado por doação e/ou contrapartida contratual	70.919	2.617

as notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de reais)

DETALHE	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	1.841.813	1.596.572
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.038.388	977.995
Arrendamentos operacionais e aluguéis	809.829	619.366
Reversão (Perdas) de crédito esperadas.....	(6.251)	(529)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(153)	(260)
Insumos adquiridos de terceiros	(510.092)	(349.482)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(183.190)	(197.020)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros.....	(16.298)	(17.170)
Outros custos	(310.604)	(135.292)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	1.331.721	1.247.090
Depreciação e amortização.....	(52.258)	(60.117)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.279.463	1.186.973
Valor adicionado recebido em transferência	316.112	262.285
Receitas financeiras	316.112	262.285
Valor adicionado a distribuir	1.595.575	1.449.258
Distribuição do valor adicionado	1.595.575	1.449.258
<u>Pessoal</u>	239.865	244.473
Remuneração direta.....	166.383	163.400
Benefícios.....	19.646	18.719
FGTS.....	13.179	13.677
Plano de desligamento incentivado.....	-	10.691
Honorários da diretoria	3.006	2.730
Participação nos lucros	37.651	35.256
<u>Tributos</u>	621.535	533.702
Federais.....	430.903	395.569
IR e CSLL diferidos.....	140.030	85.009
Estaduais.....	5.531	8.337
Municipais.....	45.071	44.787
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	83.504	123.802
Despesas financeiras	72.901	113.618
Aluguéis.....	10.603	10.184
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	650.671	547.281
Juros sobre capital próprio e dividendos.....	154.534	129.979
Dividendos adicionais propostos.....	-	389.938
Lucros retidos.....	496.137	27.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de reais)

1 – Base de cálculo			2023			2022		
Receita líquida (RL)			1.558.717			1.378.408		
Resultado operacional (RO)			817.821			741.328		
Folha de pagamento bruta (FPB)			146.082			142.665		
2 – Indicadores sociais internos			Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	11.366	7,78%	0,73%	10.573	7,41%	0,77%		
Encargos sociais compulsórios	57.275	39,21%	3,67%	55.629	38,99%	4,04%		
Previdência privada	14.847	10,16%	0,95%	14.201	9,95%	1,03%		
Saúde	3.446	2,36%	0,22%	3.487	2,44%	0,25%		
Segurança e medicina no trabalho	36	0,02%	0,00%	149	0,10%	0,01%		
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	933	0,64%	0,06%	1.211	0,85%	0,09%		
Creches ou auxílio - creche	299	0,20%	0,02%	129	0,09%	0,01%		
Participação nos lucros/resultados	37.651	25,77%	2,46%	35.256	24,71%	2,56%		
Transporte	170	0,12%	0,01%	225	0,16%	0,02%		
Bolsa/estágio	1.414	0,97%	0,09%	1.226	0,86%	0,09%		
Outros	1.742	1,19%	0,11%	2.364	1,66%	0,17%		
Total – Indicadores sociais internos	129.179	88,43%	8,33%	124.451	87,23%	9,03%		
3 – Indicadores sociais externos			Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	812	0,10%	0,05%	125	0,02%	0,01%		
Esporte.....	415	0,05%	0,03%	55	0,01%	0,00%		
Outros	1.284	0,16%	0,08%	1.035	0,14%	0,08%		
Total das contribuições para a sociedade	2.511	0,31%	0,16%	1.215	0,16%	0,09%		
Tributos (excluídos encargos sociais)	438.468	53,61%	28,13%	409.877	55,29%	29,74%		
Total – Indicadores sociais externos	440.979	53,92%	28,29%	411.092	55,45%	29,82%		
4 – Indicadores ambientais			Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	795	0,10%	0,05%	465	0,06%	0,03%		
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-		
Total de investimentos em meio ambiente	795	0,10%	0,00%	465	0,06%	0,03%		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa								
			() não possui metas	() cumpre 51% a 75%	() não possui metas	() cumpre 51% a 75%		
			() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 76% a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional								
Nº de empregados(as) ao final do período	809			837				
Nº de admissões durante o período	21			3				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	966			875				
Nº de estagiários(as)	70			63				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	427			379				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	122			137				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,47%			20,00%				
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	203			206				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,93%			3,48%				
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	4			4				
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial			2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração	20,17			-				
Número total de acidentes de trabalho	5			-				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT		
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)		
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 46	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -		
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 100,00%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -		
Valor adicionado total a distribuir	em 2023: 1.595.575			em 2022: 1.449.258				
Distribuição do valor adicionado	38,95% governo; 9,69% acionistas; 5,23% terceiros; 31,10% retido	15,03% empregados(as);		36,78% governo; 35,87% acionistas; 8,54% terceiros; 1,89% retido	16,92% empregados(as);			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A – APS, doravante denominada "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União e com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (e demais alterações posteriores), bem como por seu Estatuto Social.

Eventos Relevantes

a) Nova tabela tarifária

A vigência da nova estrutura tarifária iniciou em 01/04/2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20/04/2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade de classe que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. Em 06/03/2023 outra entidade obteve liminar com o mesmo propósito, com efeito para seus associados a partir de 09/03/2023.

A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Nesse contexto, foram concedidas liminares para a Companhia através da 1ª e 2ª Vara Federal de Santos, para que os associados das entidades depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados, referente a tabela I, da nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. Em 27/11/2023 foi homologado acordo no processo judicial nº 5003455-15.2022.4.03.6104 da 1ª Vara Federal de Santos com uma das entidades de classe, e está em curso a apuração dos valores decorrentes do acordo, em que é necessário dimensionar os respectivos efeitos financeiros. Em 31/12/2023, os depósitos judiciais efetuados pelas duas entidades de classe totalizaram R\$ 280,2 milhões.

b) Desestatização

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), através da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16/09/2022, aprovou a modelagem e condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos.

A CPPI nº 246 foi revogada pela Resolução CPPI nº 291, de 22/11/2023, suprimindo o processo de desestatização da administração portuária.

c) Contratos de arrendamento – Reequilíbrio Econômico–financeiro

A Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico–Financeiro decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir:

- Ecoporto Santos S.A. – Contrato PRES28/98 – Acórdão 301–2022;
- T–Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES31/98 – Acórdão 625–2022;

- Terminal XXXIX de Santos S.A. – Contrato PRES01/97 – Acórdão 638–2022;
- ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES41/97 – Acórdão 651–2022;

A Companhia se manifestou através de Ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise pelas mesmas. Quanto ao Acórdão 301–2022, a Companhia está em tratativas e análise com os agentes envolvidos em função da deliberação manifestada pela ANTAQ através do Ofício 456/2023/CDCP/SGE/ANTAQ, de 12/04/2023.

Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD–MPOR/GAB–MPOR, de 12/06/2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferido de ofício, medida cautelar para a suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária ECOPORTO SANTOS S.A, e a Portaria DIPRE/209.23, de 01/12/2023, do Diretor–Presidente da Companhia, prorrogou por 180 dias a medida cautelar.

d) Capitalização AFAC

Na AGE realizada em 08/12/2023 foi aprovada e homologada a capitalização do crédito para aumento de capital – AFAC, no montante de R\$ 211.107.804,76, conforme autorizado pelo Decreto Presidencial 11.616 de 24/07/2023, bem como do acionista minoritário Prefeitura Municipal de Santos. O Capital Social da Companhia após a integralização passou a ser de R\$ 1.207.276.067,30, conforme abaixo:

	em reais		
Acionistas	Capital Anterior	Aumento de Capital	Capital Social após Integralização
União Federal	996.168.260,95	211.107.804,42	1.207.276.065,37
Prefeitura Municipal de Santos	1,59	0,34	1,93
TOTAL	996.168.262,54	211.107.804,76	1.207.276.067,30

e) Acordo Judicial

Em 29/11/2023 foi homologado acordo no processo judicial com a empresa Tomé Engenharia e Transportes Ltda., correspondente a litígio versando sobre danos emergentes e lucros cessantes causados pela Companhia. O valor, pago em 15/12/2023, para a extinção do processo foi de R\$ 260.000, os quais já estavam contingenciados.

f) Prorrogação de contrato de arrendamento

Em 15/12/2023 foi assinado entre a Companhia e a Brasil Terminal Portuário o oitavo termo aditivo ao contrato DP/24.2001, que trata da prorrogação antecipada do contrato de arrendamento. O prazo da prorrogação é de 20 anos contados a partir de 22/01/2027, vigorando até 21/01/2047. O valor da outorga estipulada no termo aditivo foi de R\$ 355.212, recebido pela Companhia em 12/01/2024 e registrado em receita diferida, conforme nota 22, a ser reconhecido à receita no período da prorrogação contratual.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2023 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações contábeis contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2023 e sua divulgação foi autorizada pela Diretoria em 22/03/2024.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis, estimativas, julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros:

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros:

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma das três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com prestadores de serviços e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados e de arrendamentos, no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo

circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas no ativo não circulante.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades, são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificadas no ativo circulante.

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade no ativo imobilizado.

Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil estimada e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos à despesa, quando incorridos.

Partes Relacionadas

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

Salários, provisão de férias e encargos sociais

Os salários, férias, participação nos lucros, acrescidos dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de arrendamento – IFRS 16 – CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário nas demonstrações financeiras.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita diferida

Os contratos de arrendamentos celebrados pela Companhia, podem envolver montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período contratual.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e despesas da Companhia. As estimativas são determinadas com base no melhor conhecimento existente na data da aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso. Os resultados dessas transações quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas considerando as incertezas decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

As principais premissas relativas às incertezas são: a) perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa b) Imposto de renda e contribuição social diferidos c) provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no período de elaboração das informações contábeis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços à alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento, a atualização de créditos a receber e rendimentos das aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos com os passivos onerosos assumidos pela Companhia ou outras transações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	11.183	3.643
Aplicações financeiras	2.239.712	1.822.618
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.250.895	1.826.261

4.2 – Natureza e rentabilidade das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução do BACEN nº 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização.

Natureza e Rentabilidade	31/12/2023		31/12/2022	
Fundo de renda fixa – BB (i)	1.095.511	101% do CDI	860.881	96% do CDI
Fundo de renda fixa – CEF (i)	1.144.201	101% do CDI	961.737	96% do CDI
Total	2.239.712		1.822.618	-

(i) Rentabilidade média acumulada

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Contas a Receber – Circulante		
Contas a Receber	81.457	68.594
Total Contas a Receber – Circulante	81.457	68.594

Contas a Receber – Não Circulante		
Contas a Receber	9.746	6.461
Contas a Receber – recuperação judicial	18.573	15.797
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	(28.319)	(22.258)
Total Contas a Receber – Não Circulante	-	-

- (i) Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List*, em conformidade com o Normativo interno da Companhia.

Movimentação da PECLD	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(22.258)	(38.067)
(+) Adições	(6.162)	(521)
(-) Reversões	101	16.330
Saldo final	(28.319)	(22.258)

6. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS – OUTORGAS

Arrendatários	31/12/2023	31/12/2022
Petróleo Brasileiro S/A (STS08A)	468.568	447.605
Bracell SP Celulose (STS14A)	144.843	184.300
Eldorado Brasil S/A (STS14)	142.868	181.137
Cofco International (STS11)	8.210	7.843
Brasil Terminal Portuário S/A – BTP (*)	355.212	-
Total de direitos contratuais – Outorgas	1.119.701	820.885
Circulante	546.462	182.449
Não Circulante	573.239	638.436

(*) Vide – Eventos Relevantes letra “F”

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL pagos a maior (i)	8.085	7.360
Impostos retidos sobre faturamento	113	177
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	81.716	1.337
Total	89.914	8.874
Circulante	81.829	1.514
Não Circulante	8.085	7.360

(i) Pagamento a maior de IRPJ e CSLL, com solicitação de pedido de restituição através de PER/DCOMP, em análise pela Receita Federal, correspondente a fato gerador da competência dezembro/2018. O valor é atualizado monetariamente pela variação da taxa Selic.

8. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os órgãos da administração direta do poder executivo federal e os membros chave da administração da Companhia.

8.1 – Saldos em aberto com órgãos da administração direta

Os valores são decorrentes de cessão de funcionários aos órgãos da administração direta federal:

	31/12/2023	31/12/2022
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7	172
Ministério do Trabalho e Emprego	92	92
Ministério dos Transportes	8	8
Total	107	272

Atualmente não há funcionários cedidos para outros órgãos.

8.2 – Membros chave da administração da empresa

A nota explicativa 33.1 detalha a remuneração dos membros chave da administração.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	104.794	89.440
Cíveis	24.273	23.700
Tributários	1.597	1.474
Total – Não Circulante	130.664	114.614

10. OUTROS CRÉDITOS

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas (i)	1.754	2.235
Adiantamento de férias	969	949
Sinistros cobertos por apólice	406	360
Plano de Saúde	228	192
Diversos	20	35
Total	3.377	3.771
Circulante	2.913	2.822
Não Circulante	464	949

- (i) As despesas antecipadas correspondem a apropriação por competência de licenças de uso de softwares no valor de R\$ 1.454 (R\$ 1.941 em 2022) e de apólices de seguro R\$ 300 (R\$ 294 em 2022).

11. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual depreciação	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	8.803	(7.382)	1.421	7.982	(7.076)	906
Veículos	10%	1.383	(982)	401	1.201	(838)	363
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	19.154	(18.057)	1.097	18.527	(17.624)	903
Equipamentos Diversos	5% a 20%	6.960	(3.453)	3.507	6.371	(3.160)	3.211
Outros Bens Móveis	10%	856	(734)	122	856	(715)	141
Equipamentos de Informática	10% a 20%	53.414	(42.830)	10.584	51.216	(38.988)	12.228
Edifícios	2% a 7%	44.560	(20.834)	23.726	44.560	(19.377)	25.183
Instalações	1,43% a 20%	865.109	(181.226)	683.883	862.316	(168.717)	693.599
Obras em Andamento	-	77.435	-	77.435	66.971	-	66.971
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	17.656	(14.694)	2.962	17.656	(14.307)	3.349
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(90.548)	10.729	101.277	(87.916)	13.361
Vias de acesso Terrestre	1,43% a 7%	331.334	(137.797)	193.537	260.353	(121.787)	138.566
Infraestrutura Terrestre	1,43% a 5%	46.296	(32.008)	14.288	46.534	(30.692)	15.842
Dragagem de Aprofundamento	-	108.238	-	108.238	108.238	-	108.238
Outras Obras Portuárias	1,43% a 7%	664.223	(185.272)	478.951	664.223	(173.836)	490.387
Total		2.346.727	(735.817)	1.610.910	2.258.310	(685.033)	1.573.277

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2023
Mobiliário em Geral	906	821	-	(306)	-	-	1.421
Veículos	363	182	-	(144)	-	-	401
Máquinas Motores e Aparelhos	903	627	-	(253)	-	(180)	1.097
Equipamentos Diversos	3.211	589	-	(293)	-	-	3.507
Outros Bens Móveis	141	-	-	(19)	-	-	122
Equipamentos de Informática	12.228	2.198	-	(3.842)	-	-	10.584
Edifícios	25.183	-	-	(1.457)	-	-	23.726
Instalações	693.599	2.749	-	(12.510)	45	-	683.883
Obras em Andamento	66.971	12.891	(14)	-	(2.413)	-	77.435
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3.349	-	-	(387)	-	-	2.962
Bens Imóveis para Fins Industriais	13.361	-	-	(2.632)	-	-	10.729
Vias de acesso Terrestre	138.566	70.981	-	(16.010)	-	-	193.537
Infraestrutura Terrestre	15.842	-	(153)	(1.401)	-	-	14.288
Dragagem de Aprofundamento	108.238	-	-	-	-	-	108.238
Outras Obras Portuárias	490.387	-	-	(11.436)	-	-	478.951
Total	1.573.277	91.038	(167)	(50.690)	(2.368)	(180)	1.610.910

A estimativa do valor da depreciação dos itens registrados no ativo imobilizado passou a utilizar, a partir de 31/12/2022, a premissa de não haver valor residual para fins de cálculo do montante depreciável durante sua vida útil, alterando a premissa utilizada que considerava um valor residual, para todo o ativo imobilizado, equivalente a 10% para fins de dedução do montante sujeito a depreciação. Esta mudança de estimativa tem impacto prospectivo no montante da depreciação registrada no custo/despesa do período iniciado em 2023.

11.1 IMPAIRMENT

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade no ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 03 unidades geradoras de caixa – UGC, assim denominadas:

- Sistema Porto

Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;

- SEP (Sistema Elétrico de Potência)

Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica – geração, transmissão e distribuição – através da Usina Hidrelétrica de Itatinga situada no município de Bertioga;

- Estações de Tratamento de Água e Esgoto:

A Companhia efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

Ao mensurar o valor em uso, a entidade deve:

- basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da Administração, do conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo. Importância maior deve ser dada à evidência externa;

- basear as projeções de fluxo de caixa nos orçamentos/projeções mais recentes aprovados pela Administração, mas deve excluir qualquer estimativa de futuras entradas ou saídas de caixa que se espera originar de reestruturações futuras ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Projeções baseadas nesses orçamentos/previsões devem abranger o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique um período mais longo; e

- estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos orçamentos/previsões mais recentes, por meio da extrapolação das projeções baseadas em orçamentos/previsões, utilizando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que uma taxa mais elevada possa ser justificada.

A Wacc foi definida em 9,92% a.a., conforme Acórdão ANTAQ nº 329 de 30/05/2022. Em função do modelo estar em termos nominais, foram adicionados 3,54% de inflação, totalizando Wacc de 13,81% a.a.

A seguir está apresentado o resultado do teste de valor recuperável dos ativos, por Unidade Geradora de Caixa – UGC:

Demonstração do resultado do teste de Impairment

31/12/2023				
UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização	Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.597.919	(i)		1.597.919
Sistema elétrico de potência – SEP	6.260	(ii)	(6.260)	–
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	12.991	17.608		12.991
Total imobilizado líquido	1.617.170		(6.260)	1.610.910

31/12/2022				
UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização	Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.557.599	(i)	–	1.557.599
Sistema elétrico de potência – SEP	7.856	(ii)	(7.856)	–
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	15.678	28.444	–	15.678
Total imobilizado líquido	1.581.133		(7.856)	1.573.277

(*) valor recuperável é o valor em uso

Movimentação das contas do SEP –Impairment	R\$ mil
Saldo inicial	7.856
(+) Adições	180
(–) Depreciação – impairment	(1.776)
Saldo final	6.260

(i) Sistema Porto

Em linha com a norma NBC TG 01 (R4), a Companhia efetuou análise da recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia, baseada na performance dos últimos anos, apurou que não há indícios para a elaboração de teste de impairment.

(ii) SEP (Sistema Elétrico de Potência)

A Companhia efetuou a análise destes ativos e, como não há indícios de recuperabilidade dos valores dos mesmos, a provisão para perda de recuperabilidade desta UGC foi mantida na totalidade do valor do ativo para o ano de 2023, no montante de R\$ 6.260

(iii) Estações de Tratamento de Água e Esgoto

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2023 onde apurou-se valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos.

12. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 7.275 (R\$ 4.374 em 31/12/2022) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e estão sendo amortizados pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	7.776	(4.421)	3.356	5.548	(3.684)	1.864
Demais softwares	20%	20.928	(17.008)	3.919	18.686	(16.176)	2.510
Total		28.704	(21.429)	7.275	24.234	(19.860)	4.374

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2023
Software - ERP	1.864	47	-	(736)	2.181	-	3.356
Demais softwares	2.510	2.054	-	(832)	187	-	3.919
Total	4.374	2.101	-	(1.568)	2.368	-	7.275

13. SEGUROS

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, conforme abaixo:

Limites de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Riscos operacionais (i)	50.000	50.000
Responsabilidade civil dos Administradores (ii)	40.000	40.000
Responsabilidade civil (iii)	30.000	30.000
Automóveis (iv)	2.119	2.119
Casco Marítimo Lancha Setenta (v)	312	312
Casco Marítimo Lancha Spadarte (v)	3.445	-
Drones (vi)	3.313	-

(i) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2023 a 01/05/2024. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(ii) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 31/12/2022 a 31/12/2023.

(iii) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815 de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2023 a 01/05/2024.

(iv) Automóveis

A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 03/06/2023 a 03/06/2024.

(v) Casco Marítimo

A Companhia possui apólice de seguro de casco marítimo das Lanchas de Patrulhamento, com vigência da lancha Setenta sendo de 01/03/2023 a 01/03/2024 e a lancha Spadarte de 16/01/2023 a 16/01/2024.

(vi) Drones

A Companhia possui apólice de seguro de drones, casco e responsabilidade civil, com vigência de 16/01/2023 a 16/01/2024.

14. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	9.406	9.019
Provisão de férias	27.475	27.383
Encargos sociais	5.960	5.706
PLR e Remuneração variável de administradores	38.145	35.412
Total	80.986	77.520

15. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais	28.838	16.452
Fornecedores - Provisão (i)	846	20.740
Total	29.684	37.192

(i) Estornada provisão no montante de R\$ 20 milhões, correspondente a contingência para dispêndios com honorários por êxito de escritório de advocacia em demanda judicial, que estava na esfera estadual, cuja perícia que foi base de cálculo foi anulada pelo juízo. A demanda judicial foi transferida para a esfera federal, com designação de nova perícia a ser realizada, desta forma não havendo parâmetro que possibilite o cálculo de eventual valor de êxito.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	10.083	10.478
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	7.232	6.945
Programa de integração social – PIS	2.135	2.218
Imposto sobre serviços – ISS	2.001	1.354
Retenção de tributos federais– Lei 10.833/03	1.143	877
Imposto sobre circulação de mercadorias– ICMS	259	638
Retenção para seguridade social – INSS	690	432
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	28
Total	23.543	22.970

17. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2023	Plano de Pensão Nota 17.1	Plano de Saúde Nota 17.2	Complementação de Aposentadoria Nota 17.2	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	697.882	13.045	48.178	759.105
Reconhecido no resultado	64.945	1.354	4.139	70.438
Custo do serviço corrente (patronal)	(32)	52	–	20
Custo dos juros líquidos	64.977	1.302	4.139	70.418
Reconhecido no PL – resultados abrangentes	48.782	290	3.837	52.909
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	48.782	290	3.837	52.909
Efeito caixa	(83.789)	(747)	(8.471)	(93.007)
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(10.270)	–	–	(10.270)
Contribuições extraordinárias patronais	(17.925)	–	–	(17.925)
Termo de compromisso financeiro – TCF	(55.594)	–	–	(55.594)
Contribuição plano de saúde	–	(747)	–	(747)
Complementação de aposentadoria	–	–	(8.471)	(8.471)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	727.820	13.942	47.683	789.445
Circulante	43.594	–	–	43.594
Não Circulante	684.226	13.942	47.683	745.851

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2022	Plano de Pensão Nota 17.1	Plano de Saúde Nota 17.2	Complementação de Aposentadoria Nota 17.2	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	800.070	16.223	48.404	864.697
Reconhecido no resultado	65.331	1.381	4.199	70.911
Custo do serviço corrente (patronal)	(1.182)	-	-	(1.182)
Custo dos juros líquidos	66.513	1.381	4.199	72.093
Reconhecido no PL - resultados abrangentes	(83.619)	(3.808)	3.004	(84.422)
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	(83.619)	(3.808)	3.004	(84.422)
Efeito caixa	(83.900)	(752)	(7.429)	(92.081)
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(11.195)	-	-	(11.195)
Contribuições extraordinárias patronais	(19.381)	-	-	(19.381)
Termo de compromisso financeiro - TCF	(53.324)	-	-	(53.324)
Contribuição plano de saúde	-	(752)	-	(752)
Complementação de aposentadoria	-	-	(7.429)	(7.429)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	697.882	13.045	48.178	759.105
Circulante	41.149	-	-	41.149
Não Circulante	656.733	13.045	48.178	717.956

17.1 – Plano de Pensão

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão vinculado ao Ministério da Previdência Social.

O Portus administra o plano de benefício multipatrocinado – Plano de Benefício Portus 1 – PBP1, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob nº 19.780.005–29 sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, CNPB nº 19.780.005–29, com implantação do Plano PBP-SPA (espelho), CNPB nº 2022.0007–65, para parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS). A PREVIC, em 28/09/2022, por despacho no processo nº 44011.005389/2022–40, informou:

- a) com relação à documentação, observou que o processo foi instruído adequadamente com os documentos exigidos pela norma regente vigente da cisão;
- b) que conforme Termo de responsabilidade de finalização de cisão – SPA (SEI 0488169), a data base efetiva da cisão ocorreu em 31/05/2022.

A mensuração da obrigação atuarial dos planos é dependente, em parte, da seleção de várias premissas atuariais. A Companhia utiliza atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos benefícios pós emprego. A revisão atuarial efetuada pela empresa Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária está apresentada abaixo:

Premissas adotadas	31/12/2023	31/12/2022
1. Taxa de desconto (nominal)	9,047%	9,834%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,047%	9,834%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Base de Dados	31/12/2023	31/12/2022
Data efetiva	30/11/2023	30/11/2022
Participantes ativos (passivo principal)	134	137
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	3.875	3.988
Aposentados	2.222	2.332
Pensionistas	1.653	1.656
Número total de participantes	4.009	4.125
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	7,41	7,55

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	97.067	818.907
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(32)	-
3. Custo dos juros	9.261	74.892
4. Contribuições de participantes do plano	152	-
5. Benefícios pagos	-	(126.350)
6. (Ganho)/perda atuarial	1.041	37.458
6.a. (Ganho)/perda atuarial – mudança de premissas	6.160	39.757
6.b. (Ganho)/perda atuarial – ajuste de experiência	(5.119)	(2.299)
6.c. (Ganho)/perda atuarial – redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	24.884
8. Obrigação de Benefício Definido no final do período	107.489	829.791

Valor Justo dos Ativos do Plano	31/12/2023		31/12/2022	
2. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	-	0,000%	-	0,000%
2.b Realizável (Prev e Adm)	561.340	66,182%	576.415	69,637%
Contribuições Contratadas	497.697	58,678%	509.938	61,606%
Outros ativos a receber	63.643	7,503%	66.477	8,031%
2.c Títulos Públicos	50.038	5,899%	41.914	5,064%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,000%	-	0,000%
2.e Ações	46.913	5,531%	46.637	5,634%
2.f Fundos de Investimentos	76.608	9,032%	57.406	6,935%
Renda Fixa	76.486	9,018%	57.275	6,919%
Imobiliário	122	0,014%	131	0,016%
2.g Investimentos Imobiliários	57.025	6,723%	54.840	6,630%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,000%	-	0,000%
2.i Precatórios - FND	54.676	6,446%	50.033	6,040%
2.j Outros - Depósitos Judiciários	1.576	0,186%	495	0,060%
Total Ativo	848.176	100,00%	827.740	100,00%
(+) Ajuste Valor de Mercado	(83)		-	
(-) Contribuições Contratadas	(497.697)		(509.938)	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	-		(3.386)	
(-) Uso Próprio	N/D		N/D	
(-) Exigível Operacional	(16.301)		(734)	
(-) Exigível Contingencial	(23.628)		(27.412)	
(-) Fundo Previdencial	(63.034)		(32.348)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(38.169)		(36.038)	
Valor Justo dos Ativos Inicial	209.265		217.884	
Rentabilidade projetada para o período	1.571		1.637	
Saldo Previdencial do período	(1.375)		(1.431)	
Valor Justo dos Ativos final	209.461		218.090	

Outras Premissas Atuariais	31/12/2023	31/12/2022
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	919.521	956.403	922.352	952.678
Valor justo dos ativos do plano	209.461	209.461	209.461	209.461
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(710.060)	(746.942)	(712.891)	(743.217)
Passivo do Patrocinador – Redução de direitos (TCF)	497.695	497.695	497.695	497.695
Passivo do Patrocinador – contrib. Futuras (Assistidos)	93.561	97.314	93.849	96.935
Passivo do Patrocinador – contribuição Extraordinária	200.496	208.538	201.113	207.725
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	81.692	56.605	79.766	59.138
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(710.060)	(746.942)	(712.891)	(743.217)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa – (TCF)	497.695	497.695	497.695	497.695
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(212.365)	(249.247)	(215.196)	(245.522)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,89%	2,04%	-1,59%	1,64%
Varição Passivo/Ativo Reconhecido	-2,33%	2,51%	-1,96%	2,02%

17.1.1 – Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro

Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial TCF	510.936	510.272
(-) Pagamentos	(55.594)	(53.324)
(+) Juros e atualização monetária	42.353	53.988
Saldo devedor remanescente	497.695	510.936
Circulante	43.594	41.149
Não circulante	454.101	469.787

17.1.2 – Plano de Pensão – Contribuição mensal

A importância de R\$ 3.071 (R\$ 3.047 em 31/12/2022) é correspondente à contribuição mensal referente ao mês de dezembro dos planos de pensão de benefício definido e contribuição definida, administrados respectivamente pelo Instituto PORTUS e BB Previdência.

	31/12/2023	31/12/2022
Plano benefício definido – PORTUS	2.374	2.461
Plano contribuição definida – BB Previdência	697	586
Total	3.071	3.047

17.2 – Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias

	31/12/2023	31/12/2022
Plano de Assistência à Saúde (i)	13.942	13.045
Complementação de aposentadoria (ii)	47.683	48.178
Total	61.625	61.223

(i) Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Apesar do ex-empregado, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Item	31/12/2023	31/12/2022
Duration dos benefícios (anos)	8,61	8,10
NTN-B (vencimento)	2035	2035
Taxa indicativa da NTN-B	5,3428%	6,0970%
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a valor presente)	5,3428%	6,0970%
Inflação anual futura estimada	3,5000%	4,0200%
Taxa nominal anual de juros	9,0298%	10,3621%
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	9,0298%	10,3621%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28%	3,28%
Aging Factor	3,08%	3,08%
Rotatividade anual	2,55%	2,80%
Taxa de Permanência no Desligamento	30,34%	30,87%
Taxa de Permanência na Aposentadoria	65,35%	65,35%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Familia Real	Familia Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

Segregação do Valor Presente da Obrigação

Detalhe	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios a Conceder	2.040	1.610
Benefícios Concedidos	11.902	11.435
Total	13.942	13.045

(ii) Complementação de Aposentadoria

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passaram a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre **(a)** o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e **(b)** o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente são 201 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes. Não existem mais funcionários ativos que preencham os requisitos de direito ao benefício.

Conciliação da obrigação do benefício definido	31/12/2023	31/12/2022
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	48.178	48.404
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	4.139	4.199
4. Benefícios pagos	(8.470)	(7.429)
5. (Ganho) perda atuarial – Resultados Abrangentes	3.836	3.004
5.1 (Ganho) perda atuarial – mudança de premissas	1.824	(2.372)
5.2 (Ganho) perda atuarial – ajuste de experiência	2.012	5.376
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	47.683	48.178

Acordo individual para cessação do benefício de Complementação de Aposentadoria

Em 24/03/2022 foi entabulado Acordo Coletivo de Trabalho estipulando condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório aos ex-colaboradores aposentados, admitidos pela Companhia Docas de Santos - CDS (atual APS).

O acordo encontra-se pendente de homologação judicial, no bojo do processo em trâmite perante o Centro judiciário de solução de conflitos do TRT2 (Cejusc), sendo que 59 ex-funcionários aderiram ao mesmo, cujo benefício mensal deixará de ser pago em relação a estes a partir da homologação e quitação compensatória.

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas "sítio padrão", conforme descrito a seguir:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição do saldo está demonstrada abaixo:

Arrendatário	31/12/2022	Correção	Pagamentos	31/12/2023
Brasil Terminal Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027)	97.436	(268)	(23.202)	73.966
Correção: IPCA/mensal				
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023)	1.332	36	(1.368)	-
Correção: TJLP/trimestral				
Total	98.768			73.966
Circulante	25.194			23.989
Não Circulante	73.574			49.977

19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração, baseada na opinião do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e

razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

19.1 Processos judiciais provisionados:

a) Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

b) Provisão cível

Refere-se basicamente a pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços.

Movimentação das Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	242.888	260.119	503.007
(+) Adições	77.312	42.789	120.358
(-) Reversão e baixas	(99.694)	(7.423)	(107.374)
Saldo em 31/12/2022	220.506	295.485	515.991
(+) Adições	98.947	168.709 (i)	267.656
(-) Reversão e baixas	(130.490)	(261.381)	(391.871)
Saldo em 31/12/2023	188.963	202.813	391.776
Circulante	73.091	116.182	189.273
Não Circulante	115.872	86.631	202.503

(i) As adições se referem basicamente ao complemento de valor no processo da Tomé Engenharia e nova provisão referente a ação judicial com o Fundo de Pensão.

19.2 Processos judiciais não provisionados.

Considerando a opinião do Departamento Jurídico, o montante abaixo estimado para processos judiciais possui expectativa de perda avaliada como possível e, devido a esta classificação, não são efetuadas provisões de acordo com as normas contábeis.

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Processos Trabalhistas	128.859	102.310
Processos Cíveis (i)	856.131	1.419.863
Total	984.990	1.522.173

(i) Processos judiciais não provisionados – cíveis

Com relação aos processos cíveis classificados pelo Departamento Jurídico como perda possível no montante de R\$ 856.131 (R\$ 1.419.863 em 2022), destacamos os mais relevantes, que representam 84,28% do total (88,9 % em 2022):

Reclamante	Foro	31/12/2023	31/12/2022
Rodrimar S/A Transportes (I)	Santos	-	644.078
Consórcio Draga Brasil (II)	Seção Judiciária- DF	351.323	301.061
Ministério Público Federal (III)	Santos	185.008	158.540
Instituto de Seguridade Social – PORTUS	Rio de Janeiro	185.175	158.683
Subtotal		721.506	1.262.362
Outros Processos		134.625	157.501
Total		856.131	1.419.863

I. Rodrimar S/A Transportes – Considerando que inexistente, até o momento, um valor definido judicialmente para mensurar a condenação desta, já transitada em julgado, procedeu-se, para fins de provisionamento, a uma análise pericial interna, amparada pelos critérios já anteriormente indicados pela Advocacia Geral da União – AGU como compatíveis com a liquidação pretendida, resultando no valor estimado de R\$ 64.954 (R\$ 48.329 em 2022) e classificado como perda "provável" nas demonstrações contábeis. Para o mesmo processo, nosso Departamento Jurídico avaliou a exclusão do montante que anteriormente estava classificado como perda possível correspondente ao valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A, isso em decorrência de futura realização de nova perícia na esfera federal sob parâmetros técnicos não contemplados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente anulada.

II. Consórcio Draga Brasil – Processo movido pelo consórcio contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo Nº 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente-anuente.

III. Ministério Público Federal – Ação civil pública proposta contra a Companhia e demais réus, em razão de supostos danos ao meio ambiente e população, decorrentes da exposição ao Sulfeto de Hidrogênio, proveniente da atividade de descarregamento de enxofre no Terminal Marítimo do Guarujá – TERMAG, em 01/06/2007. A Companhia entrou com embargos de declaração contra o Acórdão do TRF3, os quais ainda não foram julgados.

20. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – TAC

	31/12/2023	31/12/2022
TAC – Ponta da Praia (I)	24.733	23.096
TAC – Valongo–Paquetá (II)	50.356	-
Total	75.089	23.096

I.TAC – Proteção e Prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia – Foi proposta pelo Ministério Público Federal a ação civil pública nº 0004665–36.2015.6104 contra a Companhia, União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com vistas a “evitar que persista e aumente a acelerada erosão constatada na Ponta da

Praia de Santos após o início, em fevereiro de 2010, da operação de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal do Porto de Santos”.

Conforme entendimento defendido pelo Ministério Público Federal a referida dragagem alterou a morfologia de fundo do canal do Porto, tornando-o mais profundo e muito mais largo, o que resultou na modificação da hidrodinâmica local, gerando a entrada pelo canal de navegação de correntes e ondas maiores e mais velozes, que impactam a faixa de areia da Ponta da Praia e causa sua rápida erosão.

A Companhia assumiu compromisso, através de Termo de Ajustamento de Conduta, de adotar medidas para viabilizar a expansão do Projeto-Piloto conduzido pela Prefeitura Municipal de Santos e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para a redução da energia das ondas e recuperação, mitigação, proteção e prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia de Santos. Os valores são corrigidos mensalmente pelo INCC.

II.TAC – Recuperação e preservação da área Valongo-Paquetá – Conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, firmado entre as partes: Ministério Público do Estado de São Paulo, Município de Santos, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos e Autoridade Portuária de Santos, a Companhia tem as seguintes obrigações:

- Adotar medidas emergenciais para manutenção da integridade dos bens de interesse cultural e desaceleração do processo de arruinamento por exposição a intempéries, referente a estabilização estrutural dos Armazéns 1, 2, 3 e 4;
- Providenciar as várias intervenções previstas na área entre o Armazém 1 e 12A;
- Adotar as medidas compensatórias: (I) destinação do Armazém 4 para uso cultural, gastronômico, turístico e atividades afins, sob gestão da Prefeitura Municipal de Santos; (II) construção e destinação à Prefeitura de Santos, para sua futura gestão, de praça pública entre as Casas de Pedra I e II; (III) destinação da Casa de Pedra II e do Armazém 7 para uso tecnológico, educacional, pesquisa e atividades afins, sob gestão da Companhia.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de Tarifa Portuária (i)	16.600	12.704
Cauções de garantias (ii)	10.919	8.525
Reequilíbrio Financeiro Contratual (iii)	14.634	-
Diversos	1.351	1.703
Total – Circulante	43.504	22.932

(i) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

(ii) Para garantia e completo atendimento das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

(iii) Refere-se ao Contrato DP/51.2014, cujo objeto foi a execução das obras de recuperação e reforço estrutural para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A e 23.

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento.

No período findo em 31/12/2023 foi reconhecido à receita a importância de R\$ 62.919 (R\$ 58.023 em 31/12/2022), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2022	Adições	Apropriações	Saldo em 31/12/2023
Petróleo Brasileiro S/A	300	281	545.224	-	(22.331)	522.893
Brasil Terminal Portuário	240	240	-	355.212	-	355.212
Bracell SP Celulose	300	266	236.300	-	(10.200)	226.100
Eldorado Brasil S/A	300	265	230.833	-	(10.000)	220.833
Cargill Agrícola S/A	300	132	131.727	-	(10.978)	120.749
Term. Veículos de Santos	300	132	105.016	-	(8.751)	96.265
Cofco International	300	284	9.867	-	(400)	9.467
Bradesco S/A	60	28	867	-	(260)	607
Total			1.259.834	355.212	(62.919)	1.552.127
Circulante			-			62.918
Não circulante			1.259.834			1.489.209

A partir de 2023 a Companhia passou a classificar a receita diferida correspondente ao passivo circulante.

23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Até o ano de 2020 a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida em adiantamento para futuro para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela Companhia até 30/06/2018, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98. Para os recursos recebidos a partir de 01/07/2018, conforme Decreto 8.945/2016, não incide atualização monetária.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	188.358	341.585
Encargos financeiros – Decreto 2.673/98	22.750	32.387
Aumento de capital (i)	(211.108)	(185.614)
Saldo final	–	188.358
– Principal	–	107.400
– Atualização monetária	–	80.958

(i) Vide Eventos Relevantes letra “d”

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 – Capital social

O Capital Social é de R\$ 1.207.276 (R\$ 996.168 em 31/12/2022) representado por 847.668.310.702 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A Companhia é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal com 847.668.309.352 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.350 ações (0,00000016%).

24.2 – Reserva Legal

O saldo da Reserva Legal é de R\$ 76.097 (R\$ 43.563 em 31/12/2022) e foi constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação e limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

24.3 – Dividendos e/ou juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros sobre capital próprio, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos obrigatórios, conforme demonstrado abaixo.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	650.671	547.281
Reserva legal (5%)	(32.534)	(27.364)
Lucro líquido ajustado	618.137	519.917
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	154.534	129.979
– Juros sobre capital próprio	101.745	63.186
– Dividendos complementares	52.789	66.793

24.4 – Reserva de retenção de lucros

Em decorrência do Ofício nº 48/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 08/03/2023, do Ministério de Portos e Aeroportos determinando a reapresentação de proposta pela Companhia da destinação do resultado do exercício do ano calendário de 2022, contemplando a distribuição de dividendos limitado a 25% do lucro líquido ajustado e o excedente destinando à reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos conforme orçamento de capital para o período de 2024 a 2028 no montante de 5,3 bilhões de reais, contemplando a construção da obra do túnel imerso para ligação seca Santos-Guarujá, conforme diretriz do Ministério de Portos e Aeroportos. O saldo da reserva em 31/12/2023 totaliza R\$ 853.541.

24.5- Outros resultados abrangentes

Os valores registrados nessa rubrica decorrem de itens que não serão reclassificados para o resultado e são revisados trimestralmente por empresa especializada em função de premissas atuariais. A composição do saldo no patrimônio líquido é de itens correspondentes a benefícios pós emprego, conforme discriminado abaixo:

Demonstração do saldo por natureza dos benefícios	31/12/2023	31/12/ 2022
Saldo inicial	161.688	77.265
Ganho (perda) atuarial – plano de pensão benefício definido	(48.783)	83.619
Ganho (perda) atuarial – plano de saúde	(290)	3.808
Ganho (perda) atuarial – complementação de aposentadorias	(3.805)	(3.004)
Saldo final	108.810	161.688

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	31/12/ 2023	31/12/ 2022
Lucro líquido atribuído aos acionistas	650.671	547.281
Número de ações (em milhares) – média ponderada	769.135.958	691.908.911
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	0,85	0,79

26. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA A RECEITA LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos:

Receitas tarifárias	31/12/2023	31/12/2022
- Utilização da infraestrutura portuária	572.401	585.354
- Utilização da infraestrutura terrestre	214.517	206.198
- Acostagem	92.911	92.248
- Fornecimento de energia	35.038	45.958
- Outras receitas	26.111	16.806
Total Receitas Tarifárias	940.978	946.564
Receitas de arrendamento (Nota 26.2)	832.158	632.392
Receita Bruta	1.773.136	1.578.956
- Cancelamentos	-	(2.893)
- Imposto sobre serviços - ISS	(44.680)	(44.362)
- Imposto circulação de mercadorias -ICMS	(6.307)	(8.272)
- Programa de integração social - PIS	(29.153)	(25.869)
- Contribuição financ. seg. social- COFINS	(134.279)	(119.152)
Receita Líquida	1.558.717	1.378.408

26.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Acostagem:
Remunera a utilização da infraestrutura de cais, píeres e pontes de atracação, bem como as instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias;
- Serviços Gerais:
A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertioga e de outros serviços complementares.

26.2 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site <https://www.portodesantos.com.br/informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/>.

Os principais contratos são:

ARRENDÁTARIO	31/12/2023	31/12/2022
Petróleo Brasileiro S/A	136.354	41.097
Santos Brasil Participações S/A	107.356	102.469
TES – Terminal Export. de Santos S/A	62.964	56.472
TEG – Terminal Exportador do Guarujá	55.432	43.718
TEC – Terminal Export. Cofco Ltda.	54.553	9.067
ADM do Brasil Ltda.	25.237	19.073
Elevações Portuárias S/A	24.763	24.653
Hidrovias do Brasil Adm. Portuária	24.136	13.389
Ageo Terminais e Armazéns Gerais S/A	22.934	21.248
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	22.576	20.507
Brasil Terminal Portuário S/A	21.449	37.139
Ecoporto Santos S/A	21.303	21.489
Concais S/A	20.949	6.484
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	18.169	15.174
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	17.857	16.688
Bunge Alimentos S/A	12.106	8.286
Fibria Term. de Celulose de Santos S/A	12.104	10.538
Localfrio S/A Armazéns Gerais	10.821	10.787
Ultracargo Logística S.A.	10.225	8.051
Vopak Brasil S/A (Alemoa)	9.561	8.370
Subtotal	690.849	494.699
Demais contratos	78.651	79.930
Apropriação da receita diferida	62.658	57.763
Receita de arrendamentos – Nota 26	832.158	632.392

27. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	123.537	120.811
Encargos sociais	38.319	36.449
Serviços de terceiros	154.904	165.791
Depreciação e amortização	50.386	60.117
Aluguéis	9.296	8.996
Utilidades, serviços e materiais	8.657	9.395
Total	385.099	401.559

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	62.558	62.143
Encargos sociais	18.118	18.151
Serviços de Terceiros (i)	(10.144)	8.472
Aluguéis	1.307	1.135
Utilidades e serviços e materiais	11.586	10.429
Impostos, taxas e contribuições	693	1.304
Demandas judiciais	231.030	95.777
Órgãos Colegiados	4.488	4.459
Outras	3.917	1.294
Total	323.553	203.164

(i) Vide nota 15

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Doações (i)	70.919	-
Venda de Materiais – Sucatas e Outros	1.233	11.095
Indenizações e Multas Contratuais	957	838
Cessão do direito operacional	260	260
Reversão do saldo de ATP	-	6.476
Bens obtidos contrapartida contratual	-	2.617
Outras	1.713	126
Total	75.082	21.412

(i) Doações recebidas da PORTOFER – Transporte Ferroviário Ltda, de 4 obras de engenharia localizadas na área portuária, conforme:

- a. Termo de Doação 001/2021 – Obras de Infraestrutura, Obras de pavimentação e a construção de passarela, assinado em 02 de julho de 2021; e
- b. Termo de Cooperação 001/2020 – Execução da obra de infraestrutura ferroviária consistente no Adensamento da região do Macuco.

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
Termo de ajustamento e conduta – TAC (i)	51.993	23.096
Constituição (reversão) créditos de liquidação duvidosa	6.062	(346)
PIS/COFINS sobre outras receitas	6.787	1.970
Despesas com desligamento incentivado – PIDV	–	10.691
(Ganho) perda atuarial benefício pós emprego (ii)	27.930	15.478
Provisão reequilíbrio financeiro contratual	14.634	–
Perda com créditos incobráveis	189	875
Perda na baixa de ativos imobilizados	153	128
Constituição (reversão) valor recuperável de ativos	180	–
Multas	24	830
Outras	92	1.047
Total	108.044	53.769

(i) Vide Nota explicativa nº 20;

(ii) Perda (ganho) atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, decorrente da contabilização da variação nos cálculos atuariais conforme notas explicativas nº 17.1, 17.2, respectivamente.

31. RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	266.958	178.752
Juros e variação monetária	40.935	68.952
Outras	8.219	14.581
Receitas Financeiras Totais	316.112	262.285
Despesas Financeiras		
Juros sobre TCF – Plano de pensão	(42.352)	(53.952)
Juros pagos ou incorridos	(26.949)	(42.230)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(14.699)	(12.196)
Variação monetária	(3.601)	(17.436)
Despesas Financeiras Totais	(87.601)	(125.814)
Resultado Financeiro Líquido	228.511	136.471

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões e da compensação de prejuízos fiscais.

32.1 – Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Detalhamento	31/12/2023			
	Base de Cálculo	IRPJ –25%	CSLL– 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	188.964	47.241	17.007	64.248
Provisão Cível	153.892	38.473	13.850	52.323
Perdas crédito de liquidação duvidosa	20.547	5.137	1.849	6.986
Provisão Fornecedores	764	191	69	260
Impairment – Imobilizado	6.260	1.565	563	2.128
Termo de ajustamento de conduta	75.089	18.772	6.759	25.531
Prejuízo Fiscal IRPJ	51.266	12.817	–	12.817
Base Negativa CSLL	46.512	–	4.186	4.186
Total Geral		124.196	44.283	168.479

Detalhamento	31/12/2022			
	Base de Cálculo	IRPJ –25%	CSLL– 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	220.506	55.126	19.845	74.971
Provisão Cível	295.485	73.871	26.594	100.465
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.797	3.949	1.422	5.371
Provisão Fornecedores	20.740	5.185	1.867	7.052
Impairment – Imobilizado	7.856	1.964	707	2.671
Termo de ajustamento de conduta	23.096	5.774	2.079	7.853
Prejuízo Fiscal IRPJ	325.039	81.260	–	81.260
Base Negativa CSLL	320.729	–	28.866	28.866
Total Geral		227.129	81.380	308.509

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

Ano	R\$ mil
2.024	67.533
2.025	34.035
2.026	36.339
2.027	10.552
2.028	3.543
Demais anos	16.477
Total	168.479

32.2 - Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL e após Participação nos lucros	1.007.963	842.543
Alíquota do IRPJ e CSLL (34%)	(342.707)	(286.465)
(Adições) e Exclusões Permanentes	Base 2023	
Incentivo fiscal dos juros sobre capital próprio	101.745	34.669
Outros incentivos fiscais	224	76
Lucro não tributado pelo adicional	240	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(70.282)	(23.896)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(1.480)	(133)
Outras (adições) e exclusões permanentes	(74.261)	(25.249)
Total dos ajustes	(14.585)	(8.797)
TOTAL	(357.292)	(295.262)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(217.262)	(210.252)
Imposto de Renda Corrente	(159.677)	(154.529)
Contribuição Social Corrente	(57.585)	(55.723)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(140.030)	(85.010)
Imposto de Renda Diferido	(102.934)	(62.481)
Contribuição Social Diferido	(37.096)	(22.529)
TOTAL	(357.292)	(295.262)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	35,45%	35,04%

33 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2023) pagas pela Companhia aos seus administradores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios foram:

	<u>em reais</u>
<u>ADMINISTRADORES</u>	
- Maior remuneração	53.217,26
- Menor remuneração	38.739,68
- Remuneração média	44.332,14
<u>EMPREGADOS</u>	
- Maior remuneração	48.337,75
- Menor remuneração	2.396,31
- Remuneração média	17.641,36
- Valor médio global dos benefícios	2.150,12

Na composição dos benefícios oferecidos estão inclusos: seguro de vida, auxílios moradia (exclusivo para administradores), alimentação, transporte e creche, plano de saúde e previdência privada.

Número de empregados	
Em 31/12/2022	837
(+) Admissões	21
(-) Desligamentos	49
Em 31/12/2023	809

33.1 – Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e são apresentadas a seguir:

Exercício findo em 31/12/2023	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	349	144	95	2.610	3.198
Encargos sociais	70	29	19	847	965
Remuneração variável	-	-	-	877	877
Previdência complementar	-	-	4	168	172
Remuneração total	419	173	118	4.502	5.212
Remuneração média mensal	4,14	3,97	3,92	58,12	
Número médio de membros	7	3	3	5	

Exercício findo em 31/12/2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	320	141	94	2.280	2.835
Encargos sociais	64	28	19	921	1.032
Remuneração variável	-	-	-	1.051	1.051
Previdência complementar	-	-	4	240	244
Remuneração total	384	169	117	4.492	5.162
Remuneração média mensal	3,81	3,92	3,92	69,40	
Número médio de membros	7	3	3	4	

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A Companhia reconheceu a participação nos lucros no montante de R\$ 37.651, sendo R\$ 36.774 como participação nos lucros – empregados e R\$ 877 como remuneração variável dos administradores, correspondente aos resultados obtidos em 2023 combinado com a estimativa de alcance de um conjunto de indicadores e metas corporativas aprovadas pela SEST.

ANDERSON POMINI:19390612888
Assinado de forma digital por ANDERSON POMINI:19390612888
Dados: 2024.03.24 14:52:00 -03'00'


ANDERSON POMINI
Diretor Presidente

JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA:45030685715
Assinado de forma digital por JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA:45030685715
Dados: 2024.03.22 17:01:46 -03'00'


JÚLIO CÉZAR ALVES DE OLIVEIRA
Diretor de Administração e Finanças

GUSTAVO SALVADOR PEREIRA:04037968908
Assinado de forma digital por GUSTAVO SALVADOR PEREIRA:04037968908
Dados: 2024.03.23 10:21:32 -03'00'

GUSTAVO SALVADOR PEREIRA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

Documento assinado digitalmente
 **ORLANDO DE ALMEIDA RAZOES JUNIOR**
Data: 23/03/2024 13:04:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ORLANDO DE ALMEIDA RAZÕES JUNIOR
Diretor de Infraestrutura

Documento assinado digitalmente
 **EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES**
Data: 22/03/2024 18:45:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES
Diretor de Operações

PAULO PINTO FILHO:14416448813
Assinado de forma digital por PAULO PINTO FILHO:14416448813
Dados: 2024.03.22 16:12:07 -03'00'

PAULO PINTO FILHO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP 177.932/O-7